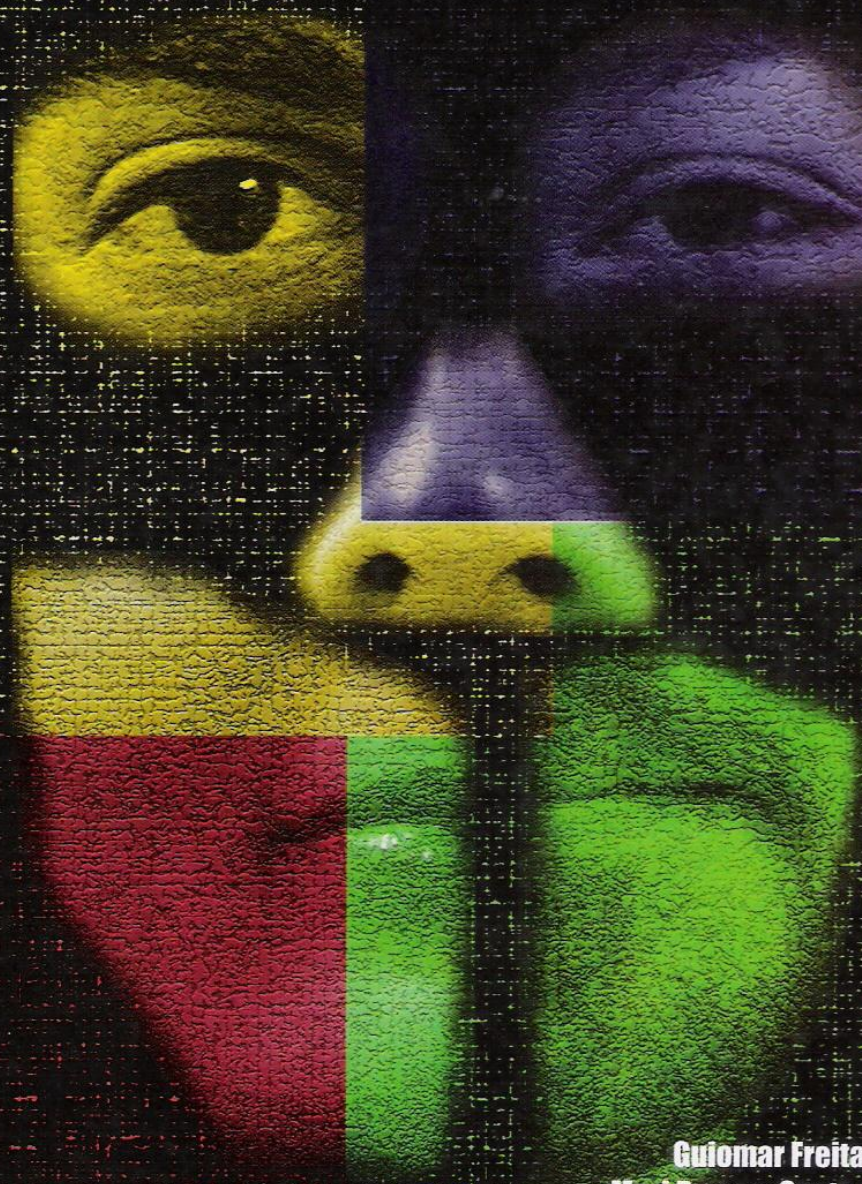


Problematizando Práticas Educativas e Culturais

Corpo

Gênero

Sexualidade



**Guiomar Freitas Soares
Meri Rosane Santos da Silva
Paula Regina Costa Ribeiro
ORG**

**CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE:
PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS
E CULTURAIS**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE

Reitor

JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN

Vice-Reitor

ERNESTO LUIZ CASARES PINTO

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

DARLENE TORRADA PEREIRA

Pró-Reitor Administrativo

JOSÉ VANDERLEI SILVA BORBA

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

JOSÉ CARLOS RESMINI FIGURELLI

Pró-Reitor de Graduação

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS

Autores

Fernando Seffner
Guiomar Freitas Soares
Marcia Ondina Vieira Ferreira
Marcio Caetano
Mérid Rosane Santos da Silva
Nádia Geisa Silveira de Souza
Paula Regina Costa Ribeiro
Silvana Vilodre Goellner
Silvino Santin

Organizadoras

Guiomar Freitas Soares
Mérid Rosane Santos da Silva
Paula Regina Costa Ribeiro

Rio Grande
2006

2006

Capa: Tássia Dias Furtado
Editoração: Cilene Porto Severo
Josiane Vian Domingues

C 822 Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais/ Fernando Seffner...[et al], Guiomar Freitas Soares, Méri Rosane Santos da Silva, Paula Regina Costa Ribeiro (Org.).-[Rio Grande: Ed. da FURG], 2006.
118 p.

ISBN 85-7566-055-1

1. Educação; sexualidade 2. Sexualidade: gênero Seffner, Fernando II. Soares, Guiomar Freitas III. Silva, Méri Rosane Santos da IV. Ribeiro, Paula Regina Costa

CDU 37.015.6

Catálogo na Fonte: Cláudio Renato Moraes
CRB-10/1059

AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS E A PRODUÇÃO DE CORPOS GENERIFICADOS

Silvana Vilodre Goellner

Pensar a identidade de gênero como algo que se constrói ao longo de nossa existência e que, portanto, não é dada a partir de nossa materialidade biológica pressupõe entender que essa é uma identidade produzida na e pela cultura. É pensar, sobretudo que, a expressão gênero, ainda que possa ser observada a partir de diferentes olhares (marxista, estruturalista, psicanalítico, feminista radical, pós-estruturalista, entre outros se refere, fundamentalmente, à construção social do sexo evidenciando, portanto, que masculinidade e feminilidade são construções sociais e históricas.

Como uma categoria analítica “gênero”, permite refletir sobre o caráter relacional dos sexos, evidenciando, sobretudo, que não é apenas o sexo biológico que estabelece diferenças entre homens e mulheres mas, também, aspectos sociais, históricos e culturais. Desestabiliza, portanto, a noção da existência de um determinismo biológico cuja noção primeira afirma que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo.

Este conceito de gênero encontra seu suporte teórico nas abordagens feministas pós-estruturalistas que, baseadas nas teorizações de Michel Foucault e Jacques Derrida, privilegiam a centralidade da linguagem como um local de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. Nesse sentido, o conceito de gênero engloba, ainda, as formas de construção social, cultural e lingüística que estão implicadas nos processos de diferenciação entre mulheres e homens, levando em consideração, portanto, que as instituições, as leis, as políticas, as normas, enfim, os processos simbólicos de cada cultura, ao mesmo tempo que são constituídas por representações de masculinidade e feminilidade, produzem essas representações ou, ainda, as ressignificam (Meyer, 2000).

Pensar, portanto, a produção de identidade de gênero remete a pensar, também na construção de corpos masculinos e femininos e nas marcas que nele se inscrevem. Afinal, o corpo não é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada

cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações¹⁰ que criam sobre os corpos, os discursos¹¹ que sobre ele produz e reproduz, as marcas que o identificam.

Partindo da compreensão de que o corpo se constrói a partir de seus elementos biológicos e da sua inserção na cultura este texto tematiza o esporte como um espaço de produção de corpos generificados, mais especificamente, o corpo feminino.

Generificados e espetacularizados pois a exposição dos corpos femininos na cultura contemporânea pode ser observada em várias instâncias culturais tais como revistas, propagandas, *outdoors*, programas televisivos, cartazes, filmes... Pode ser visto, também, nas ruas, academias, *spas*, praias, *shopping-centers* e espaços esportivos. Nesses e em outros lugares é possível identificar um processo educativo a produzir a espetacularização tanto de quem vê, quanto de quem é ou sente-se o próprio espetáculo. Enfim, há muito foram e são vários os discursos e as intervenções destinadas a educar o corpo feminino de forma a atrair sobre si o olhar do outro e o esporte, um fenômeno contemporâneo, não está distante dessa afirmação. Constitui-se como uma instância pedagógica a produzir corpos cuja espetacularização se dá seja pela exibição de performances cada vez mais aprimoradas, seja pela construção de corpos comumente identificados como perfeitos, ou ainda pela associação da sua prática com a aquisição de saúde e de beleza. Se traduz num espaço de afirmação de um corpo minuciosamente construído e também desejado, dado as representações positivas que a ele se acoplam quando são ressaltadas a sua beleza, potência, plasticidade, produtividade e exuberância.

Pensar a educação e a espetacularização do corpo feminino no e através do esporte significa dar movimento a tensão que se estabelece entre o incentivo e a repressão à mulher no que tange a sua vida individual e social pois ao longo da história mesclam-se diferentes conselhos, prescrições e recomendações ora impulsionando-a a transgredir determinados códigos culturais e sexuais tomados como naturais, ora cerceando possíveis ousadias.

Por certo a prática esportiva feminina não é novidade deste século nem do passado, no entanto é a partir das primeiras décadas do século XX que elas adquirem maior visibilidade. A participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos, por exemplo, só puderam acontecer na sua segunda edição, mesmo sob protesto de

¹⁰ O termo representação é aqui entendido como um modo de produção de significados na cultura. Processo esse que se dá pela linguagem e implica, necessariamente relações de poder. "Representação, nessa perspectiva, envolve as práticas de significação e os sistemas simbólicos através dos quais estes significados – que nos permitem entender nossas experiências e aquilo que nós somos – são construídos" (MEYER, 1998, p. 20).

¹¹ Discurso é aqui entendido a partir do sentido que Michel Foucault atribuiu a este termo quando afirma referir-se a um conjunto de enunciados de um determinado saber articulados entre si. Saberes estes que são historicamente construídos em meio a disputas de poder (Foucault, 1995).

muitos, inclusive do Barão de Coubertin, um dos seus idealizadores, contrário à participação feminina por considerar que as mulheres poderiam vulgarizar esse terreno tão recheado de honras e conquistas.

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Pareciam, ainda, desestabilizar um terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.

No Brasil, discursos como estes também se fizeram presentes. Nas primeiras décadas do século XX, a educação do corpo foi reconhecida como essencial ao desenvolvimento e fortalecimento da nação na medida em que era observada como potencializadora de um gesto eficiente capaz de produzir mais e com maior rapidez¹². Razão pela qual redimensionaram-se as práticas cotidianas de homens e mulheres, tanto no trabalho como no lazer, cujas possibilidades de diversão ampliavam-se a cada dia e onde as atividades esportivas destacaram-se porque foram reconhecidas como uma possibilidade de exibição e espetacularização do corpo. Foi nesse período que começaram a proliferar, nas cidades, os clubes recreativos, as agremiações, as federações esportivas, os campeonatos, as exposições atléticas. Locais destinados à performance de corpos educados e desenhados pela exercitação do físico.

À expansão galopante da prática esportiva correspondeu o desejo de inserção no cenário internacional. Ansioso por tomar parte do espetáculo, o Brasil fez sua estréia na mais importante competição esportiva - os Jogos Olímpicos - em 1920 mas foi apenas em 1932 que a primeira atleta mulher participou desta competição sendo representado pela nadadora Maria Lenk, então com 17 anos.

Vale ressaltar: ainda que as mulheres brasileiras não tenham começado a praticar esportes apenas a partir desta Olimpíada, sua participação foi muito importante para o esporte feminino brasileiro porque possibilitou a divulgação da imagem da mulher atleta abrandando, de certa forma, alguns preconceitos acerca da inserção feminina no universo esportivo.

Identificada como de natureza muito frágil era recorrente, neste tempo, a idéia de que à mulher correspondia mais a assistência do que a prática das atividades esportivas num grau competitivo mesmo que, como já referenciei, as mulheres há

¹² Ver a respeito Soares, 1994; 1999. Goellner, 2003.

muito fizessem exhibições esportivas em público.¹³ Uma das razões a alterar essa representação estava relacionada ao fortalecimento do corpo feminino, observado aqui, como capaz de gerar indivíduos saudáveis e fortes e, ao cumprir essa “missão”, fortalecer a própria Pátria.

Discursos progressistas e moralistas recheavam com entusiasmo e emoção diferentes publicações destinadas ao público feminino, seduzindo e desafiando as mulheres tanto para a exibição como para o ocultamento de seus corpos, forjando novas formas de cuidar de si, reforçando e amenizando a exibição pública do seu corpo como pertencente ao universo pagão das impurezas e obscenidades. Se por um lado, criticavam a indolência, a falta de exercícios físicos, o excesso de roupas, o confinamento no lar, por outro, cerceavam possíveis atrevimentos. Afirmavam um discurso voltado para a produção da “nova mulher”: moderna, ágil, companheira, responsável, capaz de enfrentar os desafios dos novos tempos. No entanto, a representação construída desta “nova mulher” trazia poucas possibilidades de construção de um efetivo projeto de emancipação feminina na medida em que, suas “conquistas” deveriam estar ajustadas aos seus deveres. Precisava ousar sem com isso, esquecer de preservar suas virtudes, suas características gráceis e feminis nem abandonar o cumprimento daqueles deveres que, ao longo da existência, lhe foram designados como naturais: o cuidado com o lar e a educação dos filhos.

Território permeado por ambigüidades, o mundo esportivo, simultaneamente, fascinava e desassosseitava homens e mulheres, tanto porque contestava os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como porque, através de seus rituais, fazia vibrar a tensão entre a liberação e o controle de emoções e, também, de representações de masculinidade e feminilidade.

Esse temor fez com que, em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentasse ao Conselho Nacional de Desportos, algumas instruções que considerava necessária para a regulamentação da prática dos esportes femininos. Estas serviram de base para a elaboração de um documento¹⁴ que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas, tais como, as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo. Outras foram permitidas desde que praticada dentro de determinados limites. O remo, por exemplo, poderia ser praticado desde que não fosse competitivo e objetivasse a correção de defeitos orgânicos; várias provas do atletismo poderiam ser exercitadas desde que exigissem menos esforços que as masculinas.

¹³ Já no fim do século XIX podemos observar mulheres participando ativamente como atletas nas competições, em esportes como o turfe, o ciclismo e o atletismo. Ver a respeito Carlos F. Cunha Júnior, Helena Altmann, Silvana Goellner e Victor A de Melo, 1999.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 3199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941.

Enfim, a intenção é clara! Como finaliza o documento: “deve ser terminantemente proibida a prática do futebol, rugby, polo, water-polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao sexo feminino.”¹⁵

Mesmo que esse documento e outros criados posteriormente¹⁶ se tornassem oficiais é pertinente dizer que a vida lhes escapa. As práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que indiferentes às convenções morais e sociais aderiram a sua prática independente do discurso hegemônico da interdição ou ainda o incentivo a participação em modalidades esportivas que fortalecessem o corpo sem destituir-lhe a feminilidade.

Diante deste discurso não é de estranhar as razões pelas quais o futebol, as lutas e o halterofilismo, por exemplo, eram tidos (e, muitas vezes, ainda são) como prejudiciais ao desenvolvimento do corpo e do comportamento feminino. Para além dos imaginados danos físicos que esses esportes poderiam causar, outro perigo se avizinhava: a “masculinização” das mulheres. Termo este que parecia sugerir não apenas alterações no comportamento e na conduta das mulheres mas também na sua própria aparência, afinal, julgava-se/julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo.

Parecia sugerir e parece porque ainda hoje é possível identificar reminiscências desse discurso. A espetacularização do corpo feminino cuja exibição é aceita e incentivada em determinados locais sociais, é colocada sob suspeição em outros, tais como o campo de futebol ou as arenas de lutas, uma vez que estes espaços colocam à prova uma representação de feminilidade construída e ancorada na exacerbação a determinados atributos tidos como femininos, tais como a graciosidade, a harmonia das formas, a beleza, a sensualidade e a delicadeza.

Ao corpo feminino excessivamente transformado pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo são atribuídas características viris que não apenas questionam a beleza e a feminilidade da mulher, mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo. Afinal, o homem - seu corpo e seu comportamento - é o modelo a partir do qual o corpo e o comportamento da mulher são julgados, estigmatizando aquelas que ultrapassam os limites que convencionalmente lhe foram impostos.

Mas, como as formas de resistência e transgressão ao que está culturalmente instituído existem, as mulheres há muito estão presentes no esporte. Vão aos estádios, assistem campeonatos, acompanham e divulgam as notícias, treinam, fazem comentários, arbitram jogos, são técnicas, compõem equipes dirigentes

¹⁵ Revista Educação Physica n.º 59, outubro de 1941, p. 75.,

¹⁶ Em 1965 o Conselho Nacional de Desportos instituiu, a Deliberação n.º 7 que baixa instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de esporte pelas mulheres. Em seu artigo 2 declara “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, rugby halterofilismo e baseball”.

mesmo que em um número muito bem menor, se compararmos à participação masculina. No entanto, não há como negar que elas estão presentes no universo do esporte. E são muitas...

Cabe uma pergunta: Sendo o campo esportivo um espaço de espetacularização e de educação do corpo generificados, que efeitos a participação das mulheres tem produzido nesse universo culturalmente virilizado? Será que espetacularização das performances femininas, não mais vinculadas à preparação para a maternidade como outrora fora, se constitui como um espaço de expressão e de liberdade ou de inclusão a um ideal de corpo que valoriza a beleza, a juventude, a performance e o rendimento atlético?

Muitas são as possíveis respostas a essa questão e são temerárias as generalizações. Mais do que resposta, talvez seja a pergunta aquela que pode e deve permanecer ao final da leitura deste texto. Afinal, não podemos esquecer que, na sociedade contemporânea, o esporte é um palco privilegiado para a exposição de corpos que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos. Educam a consumir produtos e serviços, a desfilarem marcas, a padronizar gestos, a comercializarem-se, a fabricar imagens heróicas, a expressar emoções, a superar limites, a criar necessidades e também a vender o próprio esporte como produto de uma sociedade que valoriza o espetáculo, o consumo, a estética e a produtividade.

Para além de possíveis críticas ao esporte e à espetacularização dos corpos generificados vale ressaltar a importância da conquista das mulheres nesse campo tão pleno de ambigüidades. Digo conquista para ressaltar o protagonismo das mulheres que, entre rupturas e conformidades, fizeram e fazem a sua história no mundo esportivo evidenciando, sobretudo, que essa apropriação não foi nem é resultado de uma concessão masculina. Afinal, o esporte é, também, um campo de disputa e para o qual, há muito tempo, várias delas têm investido esforço e disciplina ultrapassando, sobremaneira, os limites da mera espetacularização dos seus corpos.

Referências:

CUNHA JÚNIOR, Carlos, ALTMANN, Helena, GOELLNER, Silvana V. e MELO, Victor Andrade de. *Women and sports in Brazil*. In: CHRISTENSEN, Karen, *International Encyclopedia of Women and Sport*. USA: Macmillian, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOELLNER, Silvana V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

MEYER, Dagmar E. Gênero e Saúde: indagações a partir do pós-estruturalismo e dos estudos culturais. In: *Revista Ciências da Saúde*, v. 17, n. 1, maio-junho 1998, p. 13-32.

SOARES, Carmem. *Educação Física: raízes históricas e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.